

**ESCRITURA PARTICULAR DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, DA COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA**

Pelo presente instrumento particular:

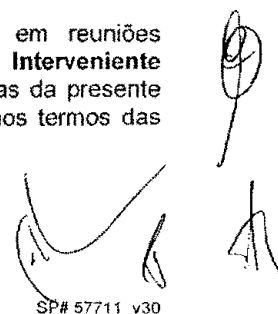
1. **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA**, companhia aberta com sede em Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Edgard Santos, 300, Bairro Nandiba, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 15.139.629/0001-94, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "**Emissora**");
2. **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2439, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão de adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (doravante denominada "**Agente Fiduciário**"); e
3. **GUARANIANA S.A.**, companhia aberta com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Candelária, 65, 16º andar, Bairro Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 01.083.200/0001-18, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "**Interveniente Garantidora**"),

(doravante denominadas, conjuntamente, "**Parte**" ou "**Partes**"),

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente "Escritura Particular da 3ª Emissão de Debêntures Não-Convertíveis em Ações, Quirografárias, com Garantia Fidejussória, da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA" (doravante denominada "**Escritura**"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

**CAPÍTULO I - DA AUTORIZAÇÃO**

- I.1. Esta Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas através da reunião do conselho de administração da Emissora, realizada em 11 de março de 2004 ("**RCA da Emissora**"), e da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora, realizada em 30 de março de 2004 ("**AGE**").
- I.2. A reunião do Conselho Fiscal da Emissora, realizada em 11 de março de 2004, opinou favoravelmente à presente Emissão.
- I.3. O Conselho de Administração da Interveniente Garantidora, em reuniões realizadas em 11 de março de 2004 e 3 de junho de 2004 ("**RCA da Interveniente Garantidora**"), aprovou a prestação da fiança em favor dos debenturistas da presente Emissão e a outorga da Opção de Venda (conforme definida abaixo), nos termos das cláusulas V.12 e seguintes e V.25 e seguintes, abaixo.



SP# 57711 v30

## CAPÍTULO II - DOS REQUISITOS

II.1. A 3ª emissão de debêntures da Emissora (doravante denominada "**Emissão**") será feita com observância dos seguintes requisitos:

II.1.1. Arquivamento e publicação de deliberações. As atas da RCA da Emissora e da AGE, que deliberaram sobre a presente Emissão, foram arquivadas, em 19.3.2004 e 1.4.2004, sob os nºs 96520100 e 96526983, respectivamente, na Junta Comercial do Estado da Bahia, e a ata da AGE foi publicada nos jornais "Diário Oficial do Estado da Bahia", "Gazeta Mercantil", edição nacional, e "A Tarde". A ata da RCA da Interviente Garantidora de 11.3.2004 foi arquivada, em 16.3.2004, sob o nº 00001405253, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, e publicada, em 24.3.2004, nos jornais "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e "Valor Econômico", e a ata da RCA da Interviente Garantidora de 26.5.2004 foi arquivada, em 2.7.2004, sob o nº 1439853, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, a qual será publicada, em 5.7.2004, nos jornais "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e "Valor Econômico".

II.1.2. Arquivamento da Escritura e do Instrumento de Vinculação de Receitas. Esta Escritura será arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia. A presente Escritura e o Instrumento de Vinculação de Receitas (conforme definição abaixo) serão registrados nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca de Salvador, Estado da Bahia.

II.1.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários. A Emissão será registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários (doravante denominada "**CVM**"), na forma da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, e alterações posteriores, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e alterações posteriores ("**Lei n. 6.404/76**") e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

II.1.4. Aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica. A presente Emissão foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("**ANEEL**"), em 24 de maio de 2004, por meio do Ofício nº 810/2004-SFF/ANEEL.

II.1.5. Registro para distribuição no mercado primário. A Emissão será registrada, para distribuição no mercado primário, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("**ANDIMA**"), sendo a subscrição liquidada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("**CETIP**").

II.1.6. Registro para negociação secundária. As debêntures de que trata a presente Emissão (as "**Debêntures**") serão registradas para negociação secundária, (a) no Sistema BovespaFix ("**BovespaFix**"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa ("**Bovespa**"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("**CBLC**"); e (b) no Sistema Nacional de Debêntures ("**SND**"), administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP, segundo as respectivas normas e procedimentos.

SP# 57711 v30

II.1.7. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"). A Emissão será registrada na ANBID, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, nos termos do artigo 22 do "Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento- ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários", de 16 de janeiro de 2002, pelo coordenador líder da Emissão ("**Coordenador Líder**"), conforme definido no contrato de coordenação ("**Contrato de Coordenação**"), celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

### **CAPÍTULO III – DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA**

III.1. A Emissora tem por objeto social: estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo.

### **CAPÍTULO IV – DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS**

IV.1. Observada a forma de integralização prevista na cláusula V.18, abaixo, o montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será destinado substancialmente para (i) a recomposição de caixa em razão dos investimentos realizados pela Emissora em 2003, no valor de R\$ 74.037.446,00 (setenta e quatro milhões, trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais); e (ii) realizar novos investimentos para o ano de 2004, no âmbito da exploração de sua concessão para a distribuição de energia elétrica no Estado da Bahia, no valor de R\$ 10.006.654,00 (dez milhões, seis mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais); bem como, complementarmente, para (iii) alongar parte de sua dívida de curto prazo, com novos vencimentos de longo prazo e perfil de amortização compatível com o fluxo de caixa dos investimentos realizados.

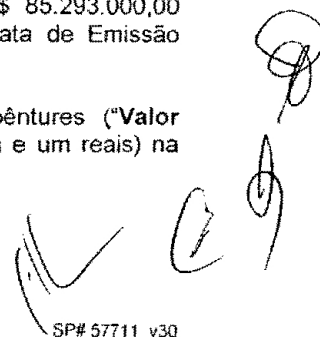
### **CAPÍTULO V - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

As Debêntures terão as seguintes características:

V.1. Número de ordem da Emissão. Esta é a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

V.2. Valor total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$ 85.293.000,00 (oitenta e cinco milhões, duzentos e noventa e três mil reais) na Data de Emissão (conforme definição em V.14, abaixo).

V.3. Valor nominal unitário. O valor nominal unitário das Debêntures ("**Valor Nominal**") será de R\$ 28.431,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais) na Data de Emissão.



SP# 57711 v30

V.4. Atualização do Valor Nominal Unitário. O Valor Nominal das Debêntures será atualizado ("Atualização") pelo fator de variação da cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de reais por dólares norte-americanos, disponível no Sisbacen - Sistema de Informações do Banco Central do Brasil ("Banco Central"), através do boletim PTAX 800, consultas de câmbio, opção 5, cotações para contabilidade, moeda 220, mercado livre, taxa essa vigente no dia útil imediatamente anterior à Data de Emissão e à data de aferição, e o produto da Atualização agregar-se-á ao Valor Nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação relativas às Debêntures.

V.4.1. O Valor Nominal das Debêntures será atualizado pela seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left[ \frac{US_n}{US_0} \right]$$

onde:

VNa = Valor Nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Saldo do Valor Nominal da Debênture no início do Período de Capitalização informado/calculado, com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

US<sub>n</sub> = valor da taxa de venda do dólar comercial de fechamento (PTAX800 – Opção 5), referente ao dia útil imediatamente anterior à data de cálculo, informado com 4 (quatro) casas decimais;

US<sub>0</sub> = valor da taxa de venda do dólar comercial de fechamento (PTAX800 - Opção 5), referente ao dia útil imediatamente anterior à data de início de capitalização, informado com 4 (quatro) casas decimais;

O quociente da divisão dos valores da taxa de câmbio US<sub>0</sub> e US<sub>n</sub> deverá ser apurado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

V.4.2. No caso de indisponibilidade temporária da cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de reais por dólares norte-americanos, disponível no Sisbacen - Sistema de Informações do Banco Central, através do boletim PTAX 800, consultas de câmbio, opção 5, cotações para contabilidade, moeda 220, mercado livre, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, o Agente Fiduciário deverá obter a média da cotação de venda do dólar norte-americano para liquidação de operações financeiras em volumes semelhantes ao da liquidação da obrigação pecuniária em questão, junto a 03 (três) instituições financeiras que tenham atuação relevante no mercado de câmbio, não cabendo, porém, quando da divulgação da taxa de venda do dólar norte-americano devida, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos debenturistas.

V.4.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação pelo Banco Central da taxa de venda do dólar norte-americano por prazo superior a 30 (trinta) dias após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de debenturistas desta Emissão para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado, o qual deverá conter

características semelhantes à Atualização ora estabelecida. Até a deliberação desse parâmetro, e desde que não ocorra o vencimento de qualquer obrigação pecuniária, hipótese na qual aplica-se o disposto na cláusula acima, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, a última cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de reais por dólares norte-americanos divulgada pelo Banco Central.

V.5. Número de séries. A Emissão terá uma única série de debêntures.

V.6. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 3.000 (três mil) Debêntures.

V.7. Forma. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados representativos. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição depositária responsável pela escrituração das Debêntures ("**Instituição Depositária**"). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.

V.8. Convertibilidade em ações. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.



V.9. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória, na forma do disposto no artigo 58 da Lei n. 6.404/76.

V.10. Limite da Emissão. O capital social autorizado da Emissora, nesta data, é de R\$1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais), e o capital integralizado é de R\$1.068.297.400,82 (um bilhão, sessenta e oito milhões, duzentos e noventa e sete mil, quatrocentos reais e oitenta e dois centavos), razão pela qual a Emissão não ultrapassa os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n. 6.404/76.

V.10.1. A 2ª emissão de debêntures da Emissora, no valor de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), foi resgatada, totalmente, em 1.7.2003, tendo a Emissora cumprido com todas suas obrigações previstas na respectiva escritura de emissão, contratos relacionados e prospecto definitivo, razão pela qual a Emissora não tem, nesta data, obrigações a cumprir nos termos da referida 2ª emissão.

V.11. Vinculação de Receitas da Emissora. A Emissora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a vincular, nesta data, em favor dos debenturistas da Emissão, parte de suas receitas, decorrentes da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica (conforme previsto no Instrumento de Vinculação de Receitas abaixo definido), para garantir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura.

V.11.1. As receitas serão arrecadadas e/ou transferidas para uma conta centralizadora de cobrança, de titularidade da Emissora junto ao Banco do Brasil S.A., ou outro banco centralizador ("**Conta Centralizadora**"). O Agente Fiduciário da Emissão terá poderes para verificar o cumprimento dessa obrigação, conforme Instrumento Público de Procuração, na forma do Anexo I à presente Escritura, e, em caso de inadimplência da

  
  
SP# 57711 v30

Emissora no pagamento das parcelas da Remuneração ou das Amortizações (conforme definições abaixo), ou no cumprimento de qualquer outra obrigação prevista nesta Escritura ou no Instrumento de Vinculação de Receitas, poderá reter os saldos creditados na Conta Centralizadora e movimentá-los através da transferência diária até o limite mensal de 18% (dezoito por cento) do saldo devedor das Debêntures, devidamente atualizado nos termos deste instrumento, pelo tempo que for necessário à obtenção dos recursos suficientes para o pagamento de 100% (cem por cento) das obrigações da Emissora para com os debenturistas da Emissão.

V.11.2. Em decorrência da vinculação das receitas acima mencionada, a Emissora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, de forma indivisível e no mesmo grau de preferência, a constituir, nesta data, em favor dos debenturistas, nos termos dos artigos 1.451 e seguintes do Código Civil, penhor sobre os créditos contra o Banco Centralizador, representados por saldos bancários constituídos na Conta Centralizadora.

V.11.3. A vinculação das receitas é formalizada nesta data através do "Instrumento Particular de Vinculação de Receitas e Outras Avenças" (**Instrumento de Vinculação de Receitas**), que integra a presente Escritura, na forma do Anexo II.

V.12. Garantia fidejussória. A Interviente Garantidora, na qualidade de acionista controladora da Emissora, concede, neste ato, fiança em favor dos debenturistas desta Emissão, representados pelo Agente Fiduciário (**Fiança**), pela qual obriga-se, como fiadora e principal pagadora, de forma irrevogável e irretratável, com renúncia expressa aos benefícios previstos nos artigos 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, do Código Civil (Lei n. 10.406, de 10.1.2002, e alterações posteriores – **"Código Civil"**), e artigo 595, do Código de Processo Civil (Lei n. 5.869, de 11.1.1973, e alterações posteriores – **"Código de Processo Civil"**), pelo pronto e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora na presente Escritura e/ou no Instrumento de Vinculação de Receitas, incluindo a obrigação de pagar, na data de seu vencimento, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures, acrescido (i) da respectiva Atualização, prevista na cláusula V.4, acima, (ii) da Remuneração, ambas calculadas *pro rata temporis*, (iii) dos Encargos Moratórios, se houver, bem assim pela liquidação de todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias, assumidas pela Emissora, nos termos desta Escritura e nos demais documentos decorrentes desta Emissão.

V.12.1. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a imediata execução da Fiança, nos prazos e formas aqui previstos, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada alguma hipótese de insuficiência de pagamento do valor principal das Debêntures, acrescido da respectiva Atualização, prevista na cláusula V.4, acima, da Remuneração e dos Encargos Moratórios, em qualquer hipótese de seu vencimento, tudo de acordo com o disposto nesta Escritura.

V.12.2. A Interviente Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos debenturistas desta Emissão, caso venha honrar, no todo ou em parte, a presente garantia.

V.12.3. A Fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações, nos termos desta Escritura.

V.13. Colocação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo atendidos, obrigatoriamente, na seguinte ordem: (i) os clientes do

SP# 57711 v30

Coordenador Líder, que desejarem subscrever as Debêntures; e (ii) o Coordenador Líder, sob o regime de garantia firme prestada nos termos do Contrato de Coordenação.

V.14. Data de emissão. Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 27 de janeiro de 2004 ("**Data de Emissão**").

V.15. Prazo e data de vencimento. As Debêntures terão prazo de vencimento de 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 27 de janeiro de 2014 ("**Data de Vencimento**").

V.16. Prazo para subscrição. As Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição da presente Emissão.

V.17. Preço de subscrição. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal, acrescido da Atualização e da Remuneração, calculadas *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido na cláusula V.18, abaixo) ("**Preço de Subscrição**").

V.18. Formas de subscrição e integralização. A subscrição das Debêntures será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. O pagamento do Preço de Subscrição será realizado à vista, no ato da subscrição ("**Data de Integralização**"), mediante pagamento em dinheiro ou em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis, em moeda nacional.

V.19. Pagamento do Valor Nominal e da Atualização. O Valor Nominal será pago pela Emissora em 10 (dez) parcelas iguais, anuais e sucessivas, acrescido da Atualização definida na cláusula V.4, a partir do final do 12º (décimo segundo) mês, contado da Data de Emissão, pelo que o primeiro pagamento ocorrerá em 27 de janeiro de 2005 e o último, na Data de Vencimento ("**Amortização**" ou "**Amortizações**").

V.20. Remuneração. Sobre o saldo do Valor Nominal atualizado na forma da cláusula V.4, acima, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa de juros fixa de 10,80% (dez inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 365 dias corridos, incidentes a partir da Data de Emissão e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculados em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por dias corridos ("**Remuneração**").

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [Fator Juros - 1]\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

taxa = 10,80;

N = 365 dias corridos;

n = número de dias corridos entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

DT = número de dias corridos entre o último e o próximo evento;

DP = número de dias corridos entre o último evento e a data atual.

V.20.1. Entende-se por período de capitalização ("**Período de Capitalização**") o intervalo de tempo entre 2 (duas) datas previstas para o pagamento da Remuneração, ressalvado que o 1º (primeiro) Período de Capitalização tem início na Data de Emissão e término na data prevista para o 1º (primeiro) pagamento da Remuneração. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data prevista para o pagamento da Remuneração do Período de Capitalização anterior e término na data prevista para o pagamento da Remuneração subsequente, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior, sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal atualizado, na forma da cláusula V.4, para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura.

V.20.2. Periodicidade do pagamento da Remuneração. A Remuneração será paga semestralmente, razão pela qual o 1º (primeiro) pagamento ocorrerá em 27 de julho de 2004 e o último, em 27 de janeiro de 2014. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures que assim constem na Instituição Depositária ao final do dia útil anterior à data de seu pagamento.

V.21. Local de pagamento. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou pela CBLC, ou através do Banco Depositário, para os titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC.

V.22. Fundo de Amortização. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

V.23. Resgate antecipado facultativo. Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures.

SP# 57711 v30

V.24. Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço igual ou inferior ao seu Valor Nominal, acrescido da Atualização e da Remuneração pro rata devida até a data de aquisição e ainda não paga aos debenturistas, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n. 6.404/76.


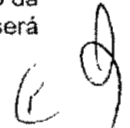

V.24.1. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures da mesma série em circulação.

V.25. Opção de Venda. Na hipótese de inadimplemento pela Garter Properties, Inc., Itapebi Geração de Energia S.A, Termopernambuco S.A., ou de qualquer outra sociedade que não seja concessionária de serviços públicos de energia elétrica que, de forma direta ou indireta, seja controladora, controlada ou esteja sob controle comum com a Emissora, de quaisquer obrigações a que estejam sujeitas, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, observado os períodos de carência aplicáveis, ou, ainda, deixar de cumprir ou observar qualquer pacto ou avença que caiba a qualquer delas, pacto ou avença esse em valor agregado igual ou superior a US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), ou seu equivalente em moeda nacional, não regularizado em um período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do descumprimento da obrigação, cada debenturista desta Emissão terá a opção de, individualmente e a seu exclusivo critério, obrigar a Interviente Garantidora a adquirir a(s) Debênture(s) de que seja(m) titular(es).

V.25.1.A Interviente Garantidora, por sua vez, na ocorrência de um dos eventos descritos acima para exercício da opção obriga-se a adquirir a totalidade das debêntures em circulação dos debenturistas que, a exclusiva opção destes, manifestarem interesse em vender toda ou parte das debêntures de que são titulares ("Opção de Venda"), de acordo com os termos e condições a seguir dispostos.

V.25.1.1. Comunicação aos Debenturistas. Para fins do disposto nesta cláusula, ocorrendo o evento descrito na cláusula V.25, acima, o Agente Fiduciário deverá (i) notificar a CETIP, a Bovespa, a Interviente Garantidora e os debenturistas desta Emissão, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do conhecimento do evento de inadimplemento, independentemente da comunicação da Emissora a que se refere o Capítulo VIII, item a.8. desta Escritura; e (ii) no dia útil seguinte ao transcurso de tais 5 (cinco) dias úteis, publicar, na forma da cláusula V.29, abaixo, aviso aos debenturistas desta Emissão, para informar o prazo e modo de manifestação àqueles que, a seu exclusivo critério, desejarem exercer a Opção de Venda.

V.25.2. Manifestação dos Debenturistas. Os debenturistas que, a seu exclusivo critério, desejarem exercer a Opção de Venda, independentemente da realização de Assembleia de Debenturistas, terão o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da publicação do aviso aos debenturistas, para manifestar o seu interesse em exercer a Opção de Venda através do SND, do BovespaFix ou da Instituição Depositária, caso as debêntures não estejam depositadas no SND ou no BovespaFix, conforme o caso, indicando a quantidade de Debêntures a qual desejam exercer. Decorrido o prazo de manifestação da Opção de Venda, o exercício da Opção de Venda por qualquer debenturista será irrevogável e irretroatável.

  
SP# 57711 v30

**V.25.3. Bloqueio das Debêntures.** Fica desde já certo e ajustado que as Debêntures objeto do exercício da opção ficarão bloqueadas e não poderão ser negociadas ou retiradas do SND, do BovespaFix ou da Instituição Depositária, conforme o caso, desde a data de manifestação do titular que exercê-la, conforme os termos da cláusula V.25.2 acima.

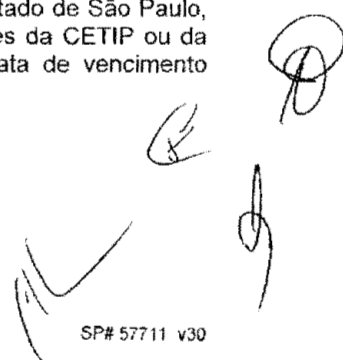
**V.25.4 Data do Exercício da Opção de Venda.** No 1º dia útil após o término do prazo de manifestação dos debenturistas, o Agente Fiduciário solicitará ao SND, ao BovespaFix e/ou a Instituição Depositária, conforme o caso, a relação dos debenturistas que optaram em exercer o direito de venda das debêntures, bem como a respectiva quantidade, para informar à Emissora e à Interviente Garantidora a quantidade de debêntures objeto da Opção de Venda. No 5º (quinto) dia útil a contar do término do prazo de manifestação dos debenturistas, a Interviente Garantidora, mediante as regras do SND ou do BovespaFix, conforme o caso, liquidará automaticamente a compra e venda das debêntures objeto da Opção de Venda.

**V.25.5. Preço do Exercício da Opção.** O preço a ser pago pela Interviente Garantidora em decorrência do exercício da Opção de Venda será igual ao saldo do Valor Nominal das Debêntures objeto do exercício da Opção de Venda, acrescido (i) da Atualização, prevista na cláusula V.4, acima, e da Remuneração, calculadas *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Opção de Venda, (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, e (iii) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos debenturistas nos termos desta Escritura ("**Preço da Opção de Venda**").

**V.25.6.** A aquisição pela Interviente Garantidora não implicará no resgate pela Emissora das Debêntures objeto do exercício da Opção de Venda, podendo ser recolocadas pela Interviente Garantidora, total ou parcialmente a qualquer tempo, observados os termos desta Escritura e da legislação em vigor.

**V.26. Encargos Moratórios.** Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso, devidamente atualizados nos termos da cláusula V.4 e seguintes, encargos moratórios esses calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("**Encargos Moratórios**").

**V.27. Prorrogação dos prazos.** Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP ou da CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.



SP# 57711 v30

V.28. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. O não-comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios, se houver, no período relativo ao atraso no recebimento.

V.29. Publicação. Todos os atos e decisões destinados aos debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal "Valor Econômico" e em outros jornais habitualmente utilizados pela Emissora, informados nas Informações Anuais – IAN, e através da rede mundial de computadores, por meio do *site* da Emissora (<http://www.coelba.com.br>), devendo esta avisar o Agente Fiduciário, antecipadamente, da realização de qualquer publicação. O anúncio de início e o anúncio de encerramento da presente Emissão serão publicados no jornal "Valor Econômico", sendo que o anúncio de início será publicado na forma de aviso resumido, e disponibilizados na íntegra no *site* da Emissora (<http://www.coelba.com.br>).

V.30. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem:

a. Para a Emissora:

**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA**

Avenida Edgard Santos, 300, Bairro Narandiba

Salvador - BA

41186-900

At. Gerente Tesouraria e Finanças - Sr. José Arcésio Rodrigues

Telefone: (71) 370-5502

Fac-símile: (71) 370-5506

E-mail: [jarodrigues@coelba.com.br](mailto:jarodrigues@coelba.com.br)

b. Para o Agente Fiduciário:

**PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Paulista, nº 2439 – 11º andar.

CEP: 01311-300

At. Sr. Artur Martins de Figueiredo

Telefone: (11) 3061-9444

Fac-símile: (11) 3060-9575

E-mail: [afigueiredo@plannercorretora.com.br](mailto:afigueiredo@plannercorretora.com.br)

c. Para a Instituição Depositária:

**BANCO ITAÚ S.A.**

Diretoria de Serviços para Mercado de Capitais

Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar

04344-902 São Paulo, SP

SPW 57711 v30

At.: Superintendência de Serviços para Empresas – Sr. Cláudio Ribeiro  
Telefone: (11) 5029 1317  
Fac-símile: (11) 5029 1917  
E-mail: [claudio.ribeiro@itau.com.br](mailto:claudio.ribeiro@itau.com.br)

d. Para o Banco Mandatário:

**BANCO ITAÚ S.A.**

Diretoria de Serviços para Mercado de Capitais  
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar  
04344-902 São Paulo, SP

At.: Superintendência de Serviços para Empresas – Sr. Cláudio Ribeiro  
Telefone: (11) 5029 1317  
Fac-símile: (11) 5029 1917  
E-mail: [claudio.ribeiro@itau.com.br](mailto:claudio.ribeiro@itau.com.br)

e. Para a Interviente Garantidora:

**GUARANIANA S.A.**

Rua da Candelária, 65, 16º andar, Bairro Centro  
Rio de Janeiro – RJ  
20091-020

At. Diretor Executivo, Financeiro e de Relações com Investidores – Sr. Erik Breyer  
Telefone: (21) 2277-3200  
Fac-símile: (21) 2516-9486  
E-mail: [ebreyer@guaraniana.com.br](mailto:ebreyer@guaraniana.com.br)

V.31. Instituição depositária. A instituição depositária, prestadora de serviços de escrituração das Debêntures, será o Banco Itaú S.A..

V.32. Banco mandatário. O banco mandatário das Debêntures será o Banco Itaú S.A. ("Banco Mandatário").

## CAPÍTULO VI – DEFINIÇÕES DE TERMOS FINANCEIROS

VI.1. Para os fins desta Escritura, aplicar-se-ão as seguintes definições, baseadas em demonstrativos elaborados com base nos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil:

- a. **"EBITDA"**: resultado da receita líquida do exercício da Emissora, verificado na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) da Emissora, deduzido o custo de bens e/ou serviços vendidos, deduzidas as despesas operacionais, acrescidos os valores de depreciação e amortização então verificados. Esta relação considerará a soma dos últimos 12 (doze) meses.
- b. **"Despesa Financeira"**: somatório das despesas financeiras da Emissora, desconsiderados a variação cambial *non cash* e os juros sobre capital próprio eventualmente pagos pela Emissora, que estarão contabilizados em conta própria em despesas financeiras. Esta relação considerará a soma dos últimos 12 (doze) meses. Neste caso, a Emissora fornecerá, trimestralmente, ao Agente Fiduciário, os saldos de contas não disponibilizados nas informações periódicas encaminhadas à CVM, na forma da legislação aplicável, inclusive, sem limitação, a variação cambial *non cash*.

SP# 57711 v30

- c. **"Divida Bancária"**: saldo do mês da base de cálculo relativo às dívidas bancárias da Emissora, assim entendidas as de curto e de longo prazo, adicionados os valores de dívida para com sociedades controladas, controladoras, sob controle comum, coligadas e as assim equiparadas.
- d. **"Patrimônio Líquido"**: será o saldo do patrimônio líquido da Emissora do mês da base de cálculo.

## CAPÍTULO VII – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

VII.1. Hipóteses. Observado o disposto na cláusula VII.2, abaixo, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do Valor Nominal, acrescido da Atualização, prevista na cláusula V.4, acima, da Remuneração, ambas calculadas *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento, e dos Encargos Moratórios, se houver, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora ou pela Interviente Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária perante os debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura, não sanada em 2 (dois) dias úteis;
- b. descumprimento, pela Emissora, das obrigações por ela assumidas no Instrumento de Vinculação de Receitas, nos prazos e formas ali definidos;
- c. pedido de auto-falência da Emissora, decretação de falência da Emissora, pedido de concordata formulado pela Emissora, ou, ainda, qualquer procedimento judicial análogo aos previstos nesta alínea, que substitua ou complemente a atual legislação sobre falências e concordatas;
- d. alienação, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora, tal como definido nos artigos 116 e 254-A da Lei n. 6.404/76, que resulte na redução do *rating* da Emissão, atribuído inicialmente pela agência de *rating* contratada para analisá-la, para nível inferior à classificação *investment grade*. Para os fins do disposto na presente alínea, a convocação da agência de *rating*, para que seja realizada a atualização do *rating* da Emissão, que deverá ser feita pela Emissora em até 10 (dez) dias, contados da data em que seja publicado o fato relevante sobre a alienação do controle em questão, sob pena de, em não sendo feita referida convocação, o Agente Fiduciário poder declarar o vencimento antecipado das Debêntures. Na hipótese de a referida agência de *rating*, por qualquer motivo, não atualizar o *rating* da emissão, a Emissora, de comum acordo com o Agente Fiduciário, deverá providenciar a sua substituição por outra agência, com igual qualidade e nível de excelência, sob pena de o Agente Fiduciário poder declarar o vencimento antecipado das Debêntures, se a responsabilidade pela não-substituição for da Emissora;
- e. a Emissora perder a qualidade de concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica;

- f. pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, caso ela esteja em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures previstas nesta Escritura, ressalvados, entretanto, em qualquer hipótese, os pagamentos decorrentes de regras previstas no Estatuto Social da Emissora e na Lei n. 6.404/76, para destinação do resultado do exercício e, em especial, distribuição de dividendos pela Emissora;
- g. inadimplemento, pela Emissora, pela Companhia Energética de Pernambuco - Celpe, ou pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern, ou qualquer outra sociedade concessionária de serviços públicos de energia elétrica que, de forma direta ou indireta, seja controladora, controlada ou esteja sob controle comum com a Emissora, de quaisquer obrigações a que estejam sujeitas em razão da presente Emissão, como e quando tais obrigações tomarem-se exigíveis, observado os períodos de carência aplicáveis, ou, ainda, deixar de cumprir ou observar qualquer pacto ou avença que caiba a qualquer delas, pacto ou avença esse em valor agregado igual ou superior a US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), ou seu equivalente em moeda nacional, não regularizado em um período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do descumprimento da obrigação;
- h. protestos legítimos e reiterados de títulos contra a Emissora ou Interviente Garantidora, ou a permanência de protesto injustificado por mais de 30 (trinta) dias, cujo montante possa, de qualquer forma, em ambos os casos, vir a prejudicar cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura;
- i. descumprimento, pela Emissora, desde que haja Debêntures em circulação, do dever de manter os seguintes índices e limites financeiros a seguir ("Covenants Financeiros"): (a) Relação mínima EBITDA/Despesa Financeira, de 2004 até a Data de Vencimento, igual ou superior a 0,75 (setenta e cinco centésimos); (b) relação máxima Dívida Bancária/EBITDA igual ou inferior a (i) 3,5 (três inteiros e cinco décimos), de 2004 até o último trimestre de 2008; e (ii) 3,2 (três inteiros e dois décimos), para os trimestres subseqüentes, até a Data de Vencimento; e (c) Relação máxima Dívida Bancária/Patrimônio Líquido igual ou inferior a 1 (um inteiro);
- j. descumprimento, pela Emissora ou pela Interviente Garantidora, de qualquer obrigação não-pecuniária perante os debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura, nas Debêntures ou no Instrumento de Vinculação de Receitas, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento pela Emissora de notificação escrita do Agente Fiduciário, sendo certo que o prazo previsto nesta alínea não se aplica a qualquer outra hipótese deste Capítulo VII ou qualquer das hipóteses já previstas no Instrumento de Vinculação de Receitas; ou
- k. caso qualquer das cláusulas do Instrumento de Vinculação de Receitas seja considerada inválida ou ineficaz, ou, caso a vinculação aqui prevista se torne ilegal, imprópria ou insuficiente para assegurar o pagamento das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, nas Debêntures ou no Instrumento de Vinculação de Receitas.

VII.1.1. A verificação do atendimento dos *Covenants* Financeiros deverá ser feita trimestralmente, considerando o trimestre-calendário, a partir das informações enviadas periodicamente pela Emissora, na forma de legislação aplicável, à CVM. Concomitantemente ao envio destas informações à CVM, a Emissora deverá encaminhar, trimestralmente, ao Agente Fiduciário, uma memória de cálculo, após o fechamento de cada trimestre, descrevendo as contas realizadas consideradas nos cálculos dos *Covenants* Financeiros.

VII.2. Vencimento Antecipado. Verificada qualquer das hipóteses previstas na cláusula VII.1, acima, ou qualquer outra hipótese de inadimplemento da Emissora ou da Interviente Garantidora ou de vencimento antecipado previsto nesta Escritura, em qualquer documento a esta relacionado ou em lei, o Agente Fiduciário poderá, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, declarar vencidas antecipadamente as Debêntures, esta Escritura de Emissão, o Instrumento de Vinculação de Receitas ou qualquer outro instrumento relacionado à presente Emissão.

VII.3. Pagamento. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, desta Escritura de Emissão, do Instrumento de Vinculação de Receitas ou de qualquer outro instrumento relacionado à presente Emissão, a Emissora pagará, conforme aqui previsto, o saldo do Valor Nominal, acrescido (i) da Atualização, prevista na cláusula V.4, acima, (ii) da Remuneração, calculadas *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento, (iii) dos Encargos Moratórios, se houver, e (iv) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

## **CAPÍTULO VIII – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

VIII. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- a. encaminhar ao Agente Fiduciário:
  - a.1. dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;
  - a.2. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;
  - a.3. cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM n. 202, de 6.12.1993, nos prazos ali previstos;
  - a.4. o anúncio da convocação e a ata de qualquer assembléia geral de acionistas da Emissora, bem como as atas das reuniões do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal, que contenham deliberações que guardem relação com a presente Emissão, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n. 202, de 6.12.1993, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias

úteis contados da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

- a.5. na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na cláusula V.29;
- a.6. qualquer fato relevante, divulgado nos termos da Instrução CVM n. 358, de 3.1.2002;
- a.7. os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas desta Emissão, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da respectiva data de vencimento;
- a.8. informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no Capítulo V, item V.25 acima, imediatamente após a sua ocorrência; e
- a.9. ao final de cada trimestre calendário, relatório demonstrativo do cumprimento dos *Covenants* Financeiros;
- b. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei n. 6.404/76 e pela Instrução CVM n. 207, de 1.2.1994, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- c. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- d. manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BovespaFix) e a agência de classificação de risco (*rating*) previstas nesta Escritura;
- e. manter atualizado, pelo menos anualmente, os relatórios de classificação de risco das Debêntures, elaborado pela agência de classificação de risco (*rating*) das Debêntures, disponibilizando ao Agente Fiduciário e ao mercado cópia de tais relatórios, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento;
- f. convocar a assembléia geral de debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- g. cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, inclusive o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- h. submeter, na forma da legislação aplicável, a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, suas demonstrações financeiras;

SP# 57711 v30

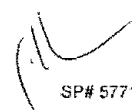
- i. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e, bem assim, fornecer aos debenturistas desta Emissão, quando assim solicitado, as demonstrações financeiras publicadas, previstas no artigo 176 da Lei n. 6.404/76;
- j. manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas desta Emissão, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- k. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- l. notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão relevante das atividades da Emissora; e
- m. observar os limites de emissão prescritos no artigo 60, da Lei n. 6.404/76.

## **CAPÍTULO IX - DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

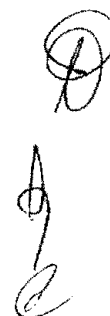
**IX.1. Nomeação.** A Emissora nomeia e constitui a Planner Corretora de Valores S.A., acima qualificada, para Agente Fiduciário dos debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei n. 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

**IX.2. Declarações.** O Agente Fiduciário declara:

- a. não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei n. 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- b. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse, previstas no artigo 10, da Instrução CVM n. 28, de 23.11.1983;
- c. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica, nesta Escritura e no Instrumento de Vinculação de Receitas;
- d. aceitar integralmente a Escritura, todas as suas cláusulas e condições, tendo verificado a veracidade das informações nela contidas;
- e. estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações nela previstas;
- f. esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com suas cláusulas;
- g. a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não violam qualquer obrigação, anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



SP# 57711 v30



- h. ter verificado, quando da aceitação da função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- i. ter verificado a regularidade da constituição das garantias prestadas, sua suficiência e exequibilidade, exceto, quanto à regularidade das inscrições nos registros competentes, os quais serão verificados nos prazos e formas previstos nesta Escritura e no Instrumento de Vinculação de Receitas.

**IX.3. Substituição.** Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de debenturistas da presente Emissão, para a escolha do novo agente fiduciário, a ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria assembleia geral de debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na cláusula IX.3.4. adiante.

**IX.3.1.** Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá ele comunicar imediatamente o fato aos debenturistas desta Emissão, pedindo sua substituição.

**IX.3.2.** É facultado aos debenturistas desta Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

**IX.3.3.** A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na Instrução CVM n. 28, de 23.11.1983, e eventuais normas posteriores.

**IX.3.4.** O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a assembleia dos debenturistas desta Emissão não delibere sobre a matéria.

**IX.3.5.** A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura, averbado na Junta Comercial do Estado da Bahia.


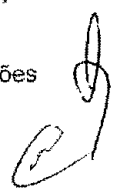
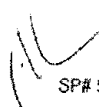
**IX.3.6.** O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data desta Escritura, ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

**IX.3.7.** O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos debenturistas desta Emissão, em forma de aviso, de acordo com a cláusula V.29, acima.



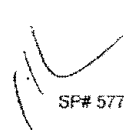
**IX.3.8.** Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados pela CVM, em especial a Instrução CVM n. 28, de 23.11.1983.

IX.4. Deveres e atribuições. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão ou impedimento;
- c. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h. verificar a regularidade da constituição das garantias previstas nas cláusulas V.11 e V.12, acima, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;
- i. solicitar, à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora;
- j. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- k. convocar, quando necessário, a assembléia geral de debenturistas da presente Emissão, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da cláusula V.29, acima, observadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei n. 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura;
- l. comparecer à assembléia geral de debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

  
SP# 57711 v30

- m. elaborar, anualmente, relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei n. 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- m.1. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - m.2. alterações estatutárias ocorridas no período;
  - m.3. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - m.4. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - m.5. resgate, Amortização, aquisição facultativa e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - m.6. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - m.7. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - m.8. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - m.9. declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade das garantias das Debêntures, previstas nas cláusulas V.11 e V.12, acima;
  - m.10. declaração sobre sua aptidão para continuar o exercício da sua função de Agente Fiduciário;
- n. disponibilizar o relatório de que trata a alínea "m" aos debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- n.1. na sede da Emissora;
  - n.2. no local por ele indicado;
  - n.3. na CVM;
  - n.4. na Bovespa e na CETIP; e
  - n.5. no Coordenador Líder;


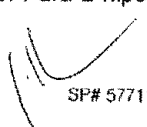
SP# 57711 v30

- o. publicar, na forma da cláusula V.29, acima, anúncio comunicando aos debenturistas desta Emissão que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m";
- p. manter atualizada a relação dos debenturistas desta Emissão, com endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CBLC e à CETIP;
- q. coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas;
- r. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não-fazer; e
- s. notificar os debenturistas desta Emissão, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
  - s.1. à CVM;
  - s.2. à Bovespa e à CETIP; e
  - s.3. à Emissora.

IX.5. Atribuições Específicas. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas desta Emissão e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos no Capítulo VII, acima:

- a. declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b. tomar posse das receitas, na forma do Instrumento de Vinculação de Receitas, e aplicar o produto ao pagamento, integral ou proporcionalmente, das Debêntures;
- c. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas desta Emissão;
- d. requerer a falência da Emissora; e
- e. representar os debenturistas em processo de falência, concordata, ou, ainda, em qualquer procedimento judicial análogo aos previstos nesta alínea, que substituam ou complementem a atual legislação sobre falências e concordatas.

IX.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d", da cláusula anterior, se, convocada a assembleia geral de debenturistas desta Emissão, aquela assim o autorizar, por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação. Para a hipótese

  
  
SP# 57711 v30

prevista na alínea "e", da cláusula anterior, bastará a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação.

**IX.6. Remuneração.** Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, remuneração paga de seguinte forma:

- a. parcelas anuais de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), cada uma, pagas em 4 (quatro) parcelas trimestrais de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo a primeira devida na data de assinatura da presente Escritura. O valor da última parcela deverá ser calculado *pro rata die* até a data de seu efetivo pagamento;
- b. as parcelas da remuneração serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros, que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto sobre a Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- c. o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data de cada pagamento, sendo que, se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não-recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- d. o valor das parcelas será atualizado, anualmente, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), desde a data de celebração desta Escritura, até a data de pagamento de cada parcela, calculado *pro rata die*, se necessário;
- e. a remuneração acima será devida até o cancelamento das Debêntures e mesmo após o vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não-sanadas pela Emissora;
- f. a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas, razoavelmente comprovadas, com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário desta Emissão, sendo elas de responsabilidade da Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação; e
- g. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa e juros de mora, na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura, exceto se o Agente Fiduciário não cumprir com sua obrigação referida no item "c" acima.

IX.6.1. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam razoavelmente necessárias, até o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

SP# 57711 v30

IX.7. Despesas. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que, razoável e comprovadamente, tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas desta Emissão, ou para realizar seus créditos.

IX.7.1. O ressarcimento a que se refere a cláusula anterior será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

IX.7.2. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer, para resguardar os interesses dos debenturistas desta Emissão, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas desta Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Os recursos para o pagamento de tais despesas, a serem adiantados pelos debenturistas desta Emissão, incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas da presente Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos debenturistas da presente Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, por um período superior a 60 (sessenta) dias, com relação ao pagamento destas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas da presente emissão para cobertura do risco da sucumbência.

IX.7.3. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na cláusula anterior os debenturistas impedidos por lei a fazê-lo.

IX.7.4. As despesas a que se refere a cláusula IX.7 e seguintes compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b. extração de certidões;
- c. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

IX.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos debenturistas da presente Emissão, não saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

## **CAPÍTULO X – DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS**

X.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

X.2. Convocação. A assembleia de debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

X.3. Quorum de instalação. A assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas da presente Emissão que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

X.3.1. Para os fins de apuração do quorum de instalação em qualquer assembleia de debenturistas, serão excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora.

X.4. Mesa Diretora. A presidência da assembleia de debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.

X.5. Quorum de deliberação. Nas deliberações da assembleia geral de debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes à assembleia, com exceção da modificação das condições das Debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem mais da metade das Debêntures em circulação, na forma do disposto no artigo 71, § 5º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto na cláusula IX.5.1. acima.

X.5.1. Para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer assembleia de debenturistas da presente Emissão, serão excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora e os votos em branco.

## **CAPÍTULO XI – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA**

XI.1. A Emissora declara e garante que:

- a. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, o Instrumento de Vinculação de Receitas e demais contratos relacionados à Emissão, e, mediante o registro da distribuição das Debêntures pela CVM, a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b. a celebração, a entrega e a execução desta Escritura e do Instrumento de Vinculação de Receitas e o cumprimento de suas obrigações neles previstas (b.1) não infringem nem resultam em vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora, desde que a vinculação de receitas desta Emissão, prevista no Instrumento de Vinculação de Receitas, não importe em comprometimento dos recursos destinados à execução dos contratos celebrados com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás; (b.2) não importam nem resultam em criação de qualquer ônus ou gravame sobre

SP# 57711 v30

qualquer ativo ou bem da Emissora (ou de suas controladoras, diretas ou indiretas), exceto (x) por aqueles já existentes na presente data, e (y) pela Garantia (conforme definido no Instrumento de Vinculação de Receitas); e (b.3) não importam nem resultam na rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

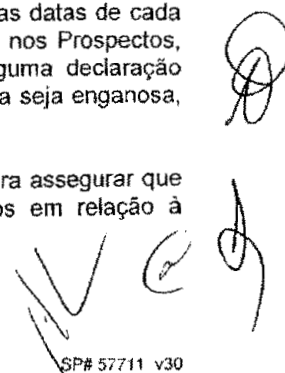
- c. esta Escritura e o Instrumento de Vinculação de Receitas constituem obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- d. os prospectos preliminar e definitivo ("**Prospectos**") contêm e conterão, no mínimo todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- e. as declarações contidas nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- f. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- g. não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica; e
- h. todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiros;
- i. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2003, e ao último trimestre encerrado, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- j. observado o disposto nos Prospectos e, em seu melhor conhecimento, a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- k. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há qualquer (k.1) descumprimento contratual, legal, judicial, administrativo ou arbitral; ou (k.2) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa vir a causar impacto adverso

SP# 57711 v30

relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade.

XI.2. A Interviente Garantidora declara e garante que:

- a. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, o Instrumento de Vinculação de Receitas e demais contratos relacionados à Emissão, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b. a celebração desta Escritura, do Instrumento de Vinculação de Receitas e o cumprimento de suas obrigações neles previstas (b.1) não infringem (i) qualquer obrigação anteriormente assumida pela Interviente Garantidora ou (ii) qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Interviente Garantidora seja parte, nem (b.2) irão resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Interviente Garantidora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- c. esta Escritura e o Instrumento de Vinculação de Receitas constituem obrigação legal, válida e vinculante da Interviente Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- d. os Prospectos contêm e conterão, no mínimo, todas as informações relevantes em relação à Interviente Garantidora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Interviente Garantidora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- e. as declarações contidas nos Prospectos em relação à Interviente Garantidora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- f. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Interviente Garantidora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- g. não há fatos relativos à Interviente Garantidora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos em relação à Interviente Garantidora seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- l. todos os esforços foram feitos pela Interviente Garantidora para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos em relação à Interviente Garantidora são verdadeiros;



SP# 57711 v30

- m. as demonstrações financeiras da Interviente Garantidora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2003, e ao último trimestre encerrado, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Interviente Garantidora, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- n. observado o disposto nos Prospectos e, em seu melhor conhecimento, a Interviente Garantidora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- h. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há qualquer (h.1) descumprimento contratual, legal, judicial, administrativo ou arbitral; ou (h.2) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Interviente Garantidora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade.


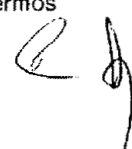
## **CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**XII.1. Renúncia.** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas desta Emissão, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedentes, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**XII.2. Despesas.** A Emissora arcará com todos os custos (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND e no BovespaFix; (ii) das taxas de registro; (iii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, o Instrumento de Vinculação de Receitas e os atos societários da Emissora; e (iv) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Instituição Depositária.

**XII.3. Título Executivo.** A presente Escritura, o Instrumento de Vinculação de Receitas e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações neles encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

**XII.4. Independência das cláusulas.** Caso uma ou mais cláusulas da presente Escritura sejam consideradas inválidas, ilegais, ineficazes ou inexecutáveis, em qualquer aspecto, as demais cláusulas aqui previstas permanecerão válidas, legais, eficazes e executáveis, até o cumprimento integral, pelas Partes, de suas obrigações, nos termos desta Escritura.

  
  
SP# 57711 v30

XII.5. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

XII.6. Foro. Fica eleito o Foro de Salvador, Estado da Bahia, para dirimir as questões oriundas da presente Escritura e da Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, celebram a presente Escritura em 5 (cinco) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.

Salvador, 02 de julho de 2004.

**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA**

Nome: **ERIK DA COSTA BREYER**

Cargo: **DIRETOR**

VALFREDO DE ASSIS RIBEIRO FILHO  
PROCURADOR

**PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**

Nome:

Cargo:

Antônio M. de Figueiredo

Viviane A. R. dos Santos

Procuradora

**GUARANIANA S.A.**

Nome: **ERIK DA COSTA BREYER**

Cargo: **DIRETOR**

VALFREDO DE ASSIS RIBEIRO FILHO  
PROCURADOR

#### TESTEMUNHAS

1.

Nome: **Elizabete Cristina G. Cruz Larsen**  
RG n.: **11.131.832-4 SSP/SP**  
CPF/MF: **293.678.108-65**

2.

Nome: **Iara F. Frade**  
RG n.: **10.121.044 SSP/SP**  
CPF/MF: **945.595.208-44**

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA**  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/07/2004  
JUCEB SOB Nº: ED000191000  
Protocolo: 04/173923-0  
Empresa: 29 3 0000381 6  
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO  
DA BAHIA – COELBA

**LAFAYETTE PONDE FILHO**  
SECRETARIO-GERAL

## ANEXO I

### Instrumento Público de Procuração

SAIBAM quantos virem este público instrumento que, aos [---] dias do mês de julho do ano dois mil e quatro (2004), nesta cidade de [---], Estado de [---], República Federativa do Brasil, neste Cartório do [---]º Tabelião de Notas, perante mim, [---], tabelião, comparece, como Outorgante, **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA**, companhia aberta concessionária de serviços públicos de energia elétrica, com sede na Avenida Edgard Santos, 300, bloco A, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.139.629/0001-94, devidamente representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor de Economia, Finanças e de Relações com Investidores, Sr. **ERIK DA COSTA BREYER**, brasileiro, casado, bacharel em direito, inscrito no CPF/MF sob nº 955.093.217-68 e portador da Carteira de Identidade RG nº 078.438.744 IFP/RJ, domiciliado em Salvador, Estado da Bahia, na Av. Edgard Santos, 300, bloco A, e pelo procurador, Sr. [---]. Então, por ela Outorgante, na forma como vem representada, foi-me dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como sua procuradora **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, como Outorgada, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2439, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, como agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), com poderes irrevogáveis e irretiráveis para, em hipótese de inadimplemento das obrigações ("Obrigações") previstas na Escritura Particular da 3ª Emissão de Debêntures Não-Convertíveis em Ações, Quirografárias, com Garantia Fidejussória, da Outorgante (a "Escritura") e no Instrumento Particular de Vinculação de Receitas e Outras Avenças (o "Instrumento de Vinculação de Receitas"), ambos a serem assinados até 05 de julho de 2004, por si ou por seus representantes, sempre observado o Limite Mensal (i) proceder à cobrança direta das Receitas Vinculadas e/ou dos Saldos em Garantia junto aos Bancos Arrecadadores, no montante necessário para a liquidação das Obrigações nos termos da Cláusula 6ª do Instrumento de Vinculação de Receitas, (ii) reter as Receitas Vinculadas, por meio de uma ou várias retenções e utilizar os Saldos em Garantia até a integral liquidação das Obrigações, (iii) vender, ceder, transferir, usar, sacar, aplicar ou resgatar os Saldos em Garantia, utilizando o produto obtido única e exclusivamente na satisfação das Obrigações e de todos e quaisquer tributos incidentes sobre a venda, cessão, transferência, uso, saque, aplicação ou resgate dos Saldos em Garantia e sobre o pagamento aos debenturistas do montante de seu crédito, inclusive qualquer quantia relativa ao pagamento do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF (ou tributo equivalente), entregando, ao final, à Emissora, o que sobejar, bem como (iv) firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários para tanto, podendo, inclusive, exercer desde logo todos os direitos e praticar todos os atos previstos no artigo 1.422, no inciso IV do artigo 1.433 e nos artigos 1.454 e 1.455 do Código Civil e no parágrafo 2º do artigo 120 do Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945. **A PRESENTE PROCURAÇÃO TERÁ VALIDADE POR 12 (DOZE) ANOS, A CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA, OU ATÉ QUE AS OBRIGAÇÕES TENHAM SIDO INTEGRALMENTE PAGAS.** Assim disse, dou fé. A pedido lavrei este instrumento que lhe sendo lido, aceitou, outorgou e assina. Eu, [---], tabelião, subscrevo-a, de tudo dou fé e assino em público e raso.

Anexo II

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE VINCULAÇÃO DE RECEITAS**  
**E OUTRAS AVENÇAS**

**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA**, companhia aberta com sede em Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Edgard Santos, 300, Bairro Narandiba, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 15.139.629/0001-94, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

**PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2439, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, como agente fiduciário, nomeada na Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela e aqui interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos adquirentes das Debêntures (conforme definido abaixo);

**BANCO DO BRASIL S.A.**, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Direita da Piedade, 25, 4º andar, Centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 00000000/3723 07, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Banco Centralizador"); e

**GUARANIANA S.A.**, companhia aberta com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Candelária, 65, 16º andar, Bairro Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 01.083.200/0001-18, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na condição de interveniente anuente ("Guaraniana"),

Considerando que:

- (A) a Emissora é concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado da Bahia (este serviço, em conjunto com aqueles que venham a ser contratados ou realizados pela Emissora, doravante denominados "Serviços");
- (B) os clientes e consumidores da Emissora realizam os pagamentos decorrentes da prestação dos Serviços junto à rede bancária credenciada pela Emissora;
- (C) a Emissora credenciou as instituições financeiras relacionadas no Anexo I ("Bancos Arrecadadores") para o recebimento de parte dos pagamentos referentes às faturas decorrentes da prestação dos Serviços, e direcionamento para depósito na conta corrente de titularidade da Emissora n.º 199.000-4, não movimentável pela Emissora, aberta e mantida pela Emissora exclusivamente para esse fim na agência n.º 2940-8 do Banco Centralizador ("Conta Centralizadora");
- (D) a Emissora, o Agente Fiduciário e a Guaraniana, na condição de interveniente garantidora, celebraram, nesta data, a "Escritura Particular da 3ª Emissão de

SP# 63000 v29

Debêntures Não Conversíveis em Ações, Quirografárias, com Garantia Fidejussória, da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, e seus posteriores aditamentos ("Escritura de Emissão"), que estabelece os termos e condições da terceira emissão de debêntures pela Emissora, no valor total de R\$ 85.293.000,00 (oitenta e cinco milhões, duzentos e noventa e três mil reais) ("Debêntures") na Data de Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão);

- (E) em garantia do cumprimento de todas as obrigações da Emissora previstas na Escritura de Emissão, a Emissora obrigou-se, em caráter irrevogável e irretratável, a (i) vincular, em favor dos debenturistas da Emissão (os "Debenturistas"), parte da receita de titularidade da Emissora decorrente da prestação futura dos Serviços; e (ii) empenhar, em favor dos debenturistas, os saldos bancários de titularidade da Emissora creditados na Conta Centralizadora e decorrentes das receitas vinculadas nos termos do item (i) acima; e
- (F) a Vinculação, o Penhor dela decorrente (conforme definições abaixo) (em conjunto, a "Garantia") e a Emissão foram aprovados Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 24 de maio de 2004, por meio do Ofício nº 810/2004-SFF/ANEEL;

resolvem celebrar este "Instrumento Particular de Vinculação de Receitas e Outras Avenças" ("Contrato"), de acordo com os termos e condições seguintes:

#### I. DA VINCULAÇÃO DE RECEITAS

CLÁUSULA 1ª –Em garantia do cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão e neste Contrato, incluindo obrigações de pagar principal, juros, comissões, custos, indenizações, reembolsos e despesas devidas pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, das Debêntures e deste Contrato, bem como do ressarcimento de toda e qualquer importância que os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar em virtude da constituição, manutenção, utilização e/ou excussão desta Garantia ("Obrigações"), a Emissora, por este Contrato e na melhor forma de direito, vincula, em favor dos Debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, por meio da transferência, no tempo e modo previstos neste Contrato, de fundos imediatamente transferíveis e disponíveis para a Conta Centralizadora, as receitas de titularidade da Emissora decorrentes da prestação dos Serviços, a serem direcionadas pelos Bancos Arrecadadores para a Conta Centralizadora mantida junto ao Banco Centralizador, sendo tais receitas ("Receitas Vinculadas") ("Vinculação");

- I. ao valor mensal não inferior a 18% (dezoito por cento) ("Límite Mensal") do saldo do Valor Nominal (conforme definido abaixo), acrescido da Atualização e da Remuneração (conforme definidas abaixo), calculadas pro rata temporis desde a Data de Emissão (conforme definida abaixo) ou a data do último pagamento da Remuneração até cada Data de Apuração (conforme definida abaixo), multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas e não resgatadas ou canceladas;
- II. em caso de inadimplemento de qualquer das Obrigações pela Emissora, ao valor mensal equivalente a 18% (dezoito por cento), do saldo devedor das Obrigações, apurado na data do inadimplemento (considerando o saldo

devedor das Debêntures em circulação naquela data), devidas nos termos da Escritura de Emissão e deste Contrato, observado o disposto no parágrafo 5º da Cláusula 6ª abaixo.

Parágrafo 1º –As Receitas Vinculadas incluem (i) o produto do pagamento dos clientes da Emissora decorrente da prestação dos Serviços; (ii) o produto do pagamento dos clientes da Emissora decorrente de multas e penalidades aplicadas pela Emissora; (iii) o produto do pagamento decorrente de indenizações devidas à Emissora por força dos contratos de prestação dos Serviços, dos contratos de cobrança e/ou decorrentes de lei; e (iv) quaisquer outros direitos creditórios oriundos, decorrentes ou relacionados à prestação dos Serviços de que a Emissora seja ou venha a se tornar titular e que aqui não estejam descritos, ou outras convenções e acordos realizados pela Emissora a respeito do fornecimento de energia elétrica aos seus clientes.

Parágrafo 2º –Sem prejuízo do disposto no *caput* desta Cláusula, a Emissora, por este Contrato e na melhor forma de direito, constitui, em favor dos debenturistas, em caráter irrevogável e irretroatável, de forma indivisível e no mesmo grau de preferência, nos termos do artigo 1.451 e seguintes do Código Civil, penhor sobre os créditos contra o Banco Centralizador representados por saldos bancários constituídos na Conta Centralizadora, oriundos (i) de recursos recebidos por conta da Emissora em pagamento das Receitas Vinculadas e (ii) de recursos a que se refere o parágrafo 3º da Cláusula 4ª abaixo, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária (doravante, os "Saldos em Garantia") ("Penhor").

Parágrafo 3º –As principais características das Obrigações são as seguintes:

- I. Principal: R\$ 85.293.000,00 (oitenta e cinco milhões, duzentos e noventa e três mil reais) ("Debêntures"), na Data de Emissão, representado por 3.000 (três mil) Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 28.431,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- II. Prazo: as Debêntures terão prazo de vencimento de 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 27 de janeiro de 2014 ("Data de Vencimento").
- III. Atualização: o Valor Nominal das Debêntures será atualizado ("Atualização") pelo fator de variação da cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de reais por dólares norte-americanos, disponível no Sisbacen - Sistema de Informações do Banco Central do Brasil ("Banco Central"), através do boletim PTAX 800, consultas de câmbio, opção 5, cotações para contabilidade, moeda 220, mercado livre, taxa essa vigente no dia útil imediatamente anterior à Data de Emissão e a data de aferição, e o produto da Atualização agregar-se-á ao Valor Nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação relativas às Debêntures, sempre observados os termos da Escritura de Emissão.
- IV. Remuneração: Sobre o saldo do Valor Nominal atualizado na forma da cláusula V.4 da Escritura de Emissão, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa de juros fixa de 10,80% (dez inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 365 dias corridos, incidentes a partir da Data de Emissão e pagos ao final de cada Período de Capitalização.

SP# 63690 v30

calculados em regime de capitalização composta, de forma pro rata temporis por dias corridos ("Remuneração").

## II. DO APERFEIÇOAMENTO DA GARANTIA

CLÁUSULA 2ª – Como parte do processo do aperfeiçoamento da Garantia:

- I. a Emissora desde já obriga-se a manter junto aos Bancos Arrecadadores, desde que estes cumpram zelosamente suas obrigações de arrecadadores, a administração e cobrança de receitas de titularidade da Emissora decorrentes da prestação dos Serviços, equivalentes a, no mínimo, o Limite Mensal;
- II. a Emissora obriga-se a manter a estrutura de cobrança definida acima, bem como a, observados os termos, o Limite Mensal e as condições do presente, destinar suas receitas recebidas pelos Bancos Arrecadadores para a Conta Centralizadora, que deverá ser mantida durante o prazo deste Contrato;
- III. a Emissora permanece na posse e guarda dos documentos representativos das Receitas Vinculadas e assume, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, e sem direito a qualquer remuneração, o encargo de fiel depositária destes documentos, obrigando-se a bem custodiá-los, guardá-los, conservá-los, a exibí-los ou entregá-los, conforme o caso, ao Agente Fiduciário ou ao juízo competente, quando solicitados, dentro do prazo que lhes for determinado pelo Agente Fiduciário ou pelo juízo;
- IV. a Emissora deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura deste Contrato, entregar ao Agente Fiduciário original ou cópia autenticada da notificação preparada substancialmente nos termos do Anexo II, devidamente assinada pelos Bancos Arrecadadores, (a) informando-os da Vinculação; e (b) instruindo-os a depositar e transferir os recursos recebidos em pagamento das Receitas Vinculadas para a Conta Centralizadora;
- V. no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da respectiva assinatura, (a) este Contrato deverá ser submetido a registro nos competentes cartórios de registros de títulos e documentos da Comarca de Salvador, Estado da Bahia e da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo; e (b) uma via original de tais documentos e o comprovante dos competentes protocolos deverão ser enviados ao Agente Fiduciário;
- VI. as Receitas Vinculadas e os Saldos em Garantia ficarão indisponíveis à Emissora e à disposição do Agente Fiduciário nos termos deste Contrato; e
- VII. nos termos e para os fins dos artigos 1.454 e 1.455 do Código Civil, e sem prejuízo de quaisquer das demais disposições previstas neste Contrato, a Emissora neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 do Código Civil, (a) nomeia e constitui o Agente Fiduciário seu procurador com poderes irrevogáveis e irretratáveis para, em hipótese de inadimplemento das Obrigações, observado o disposto neste Contrato, por si ou por seus representantes, proceder à cobrança direta das Receitas

Vinculadas e/ou dos Saldos em Garantia junto aos Bancos Arrecadadores no montante necessário para a liquidação das Obrigações nos termos da Cláusula 6ª abaixo; e (b) outorga poderes ao Banco Centralizador para, independentemente de consulta prévia à Emissora, acatar todas as ordens do Agente Fiduciário, inclusive, se assim determinado pelo Agente Fiduciário, para bloquear a Conta Centralizadora e permitir o saque e a utilização dos recursos da Conta Centralizadora no montante necessário para a liquidação das Obrigações, nos termos da Cláusula 6ª abaixo.

### III. DO PRAZO

CLÁUSULA 3ª –Este Contrato vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as Obrigações, ficando entendido ainda que, liquidadas as Obrigações (conforme certificado pelo Agente Fiduciário em notificação neste sentido a ser enviada à Emissora), este Contrato ficará terminado de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, de caráter judicial ou extrajudicial, devendo a Vinculação e o Penhor serem liberados imediatamente e o Agente Fiduciário assinar, se solicitado pela Emissora, qualquer documento eventualmente necessário para esta finalidade.

Parágrafo Único – Caso, após o término deste Contrato, qualquer pagamento ou cumprimento de quaisquer das Obrigações seja invalidado, devolvido ou estornado, incluindo em decorrência de insolvência, falência ou reorganização societária da Emissora, a Vinculação e o Penhor ficarão restabelecidos, voltando a existir como se nunca houvessem deixado de existir.

### IV. DO LIMITE MENSAL

CLÁUSULA 4ª –Até o 5º (quinto) dia útil (inclusive) anterior ao último dia de cada mês ("Data de Apuração"), o valor dos recursos recebidos em pagamento das Receitas Vinculadas que tenham sido depositados na Conta Centralizadora durante o respectivo mês, ainda que liberado nos termos do parágrafo 2º da Cláusula 5ª abaixo, deverá ser equivalente ao Limite Mensal, conforme apuração a ser realizada pelo Agente Fiduciário.

Parágrafo 1º –A Emissora obriga-se, desde já e independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, do Agente Fiduciário neste sentido, a fazer com que, até cada Data de Apuração, o valor dos recursos recebidos em pagamento das Receitas Vinculadas depositados na Conta Centralizadora seja equivalente a, no mínimo, o Limite Mensal.

Parágrafo 2º –A fim de assegurar a manutenção do Limite Mensal a Emissora poderá, quando necessário, transferir recursos próprios para a Conta Centralizadora de forma que o saldo de recursos transitados pela Conta Centralizadora até a Data de Apuração seja equivalente ao Limite Mensal.

Parágrafo 3º –Caso o Agente Fiduciário verifique o não atendimento ao Limite Mensal na Data de Apuração:

- I. o Agente Fiduciário deverá, na Data de Apuração, enviar notificação fundamentada à Emissora, solicitando o atendimento ao Limite Mensal, obrigando-se esta desde já (a) a requerer junto a outros agentes arrecadadores a transferência para a Conta Centralizadora de recursos recebidos em pagamento pela prestação dos Serviços a seus clientes e consumidores até o montante necessário para atender ao Limite Mensal até o penúltimo dia útil do respectivo mês; e, se até a data a que se refere a

alinea (a) acima o Limite Mensal ainda não tenha sido atendido, ou (b) a depositar recursos próprios na Conta Centralizadora para atender ao Limite Mensal até o último dia útil do respectivo mês, sendo certo que referidos recursos, uma vez depositados, para todos os fins e efeitos de direito, passarão a integrar os Saldos em Garantia; e

- II. os Saldos em Garantia ficarão indisponíveis à Emissora e à disposição do Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário, por sua vez, obriga-se a, uma vez atendido o Limite Mensal e inexistindo inadimplemento de qualquer das Obrigações, autorizar prontamente o Banco Centralizador a transferir, nos prazos e formas aqui previstos, os recursos depositados na Conta Centralizadora para a Conta Movimento.

#### V. DA CONTA CENTRALIZADORA

CLÁUSULA 5ª –A Emissora obriga-se a (i) manter a Conta Centralizadora, na qual serão depositados os recursos recebidos em pagamento das Receitas Vinculadas e os recursos a que se refere o parágrafo 3º da Cláusula 4ª acima; e (ii) fazer com que os Bancos Arrecadadores depositem os recursos recebidos em pagamento das Receitas Vinculadas na Conta Centralizadora.

Parágrafo 1º –Durante a vigência deste Contrato, a Emissora não poderá movimentar a Conta Centralizadora, não sendo permitida a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação, sendo a Conta Centralizadora movimentada unicamente pelo Banco Centralizador ou, nos termos da Cláusula 6ª abaixo, pelo Agente Fiduciário.

Parágrafo 2º –Os Saldos em Garantia ficarão indisponíveis à Emissora e à disposição do Agente Fiduciário, sendo certo entretanto que o Banco Centralizador transferirá a totalidade dos recursos mantidos na Conta Centralizadora para a conta corrente de titularidade da Emissora n.º 140.000-8, mantida pela Emissora na agência n.º 2940-8 do Banco Centralizador ("Conta Movimento") até às 16:30h (horário de Brasília, DF) do mesmo dia do depósito dos respectivos créditos na Conta Centralizadora, salvo se o Agente Fiduciário entregar comunicação escrita ao Banco Centralizador até às 15:30h (horário de Brasília, DF) daquele mesmo dia, instruindo-o a não transferir tais recursos para a Conta Movimento em decorrência de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas Obrigações. Os recursos transferidos para a Conta Movimento nos termos desta Cláusula serão de livre movimentação e utilização pela Emissora.

Parágrafo 3º –A Emissora, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável consoante o artigo 684 do Código Civil, nomeia o Banco Centralizador e, nos termos da Cláusula 6ª abaixo, o Agente Fiduciário, seus bastantes procuradores pelos períodos necessários ao cumprimento integral de todas as Obrigações, para (i) serem as únicas pessoas autorizadas a movimentar a Conta Centralizadora, podendo efetuar as transferências de recursos previstas neste Contrato e praticar todos os demais atos necessários para tanto; e (ii) manter em seu poder todos os talões de cheques e cartões eventualmente emitidos para movimentação da Conta Centralizadora; podendo praticar todos os demais atos necessários ao cumprimento do disposto nesta Cláusula.

#### VI. DA RETENÇÃO E EXCUSSÃO DA GARANTIA

CLÁUSULA 6ª –Na hipótese de vencimento antecipado das Obrigações ou de vencimento das Obrigações sem pagamento nas datas devidas, o Agente Fiduciário, em conformidade com o disposto na Escritura de Emissão, poderá, de forma amigável e de

boa-fé, judicial ou extrajudicialmente, no todo ou em parte, independentemente de avaliação, notificação judicial ou extrajudicial, ou de qualquer outro procedimento), reter, sem exceder mensalmente o Limite Mensal, as Receitas Vinculadas, por meio de uma ou várias retenções e utilizar os Saldos em Garantia até a integral liquidação das Obrigações, ficando para tanto desde já autorizado pela Emissora a vender, ceder, transferir, usar, sacar, aplicar ou resgatar os Saldos em Garantia, utilizando o produto obtido única e exclusivamente na satisfação das Obrigações e de todos e quaisquer tributos incidentes sobre a venda, cessão, transferência, uso, saque, aplicação ou resgate dos Saldos em Garantia e sobre o pagamento aos debenturistas do montante de seu crédito, inclusive qualquer quantia relativa ao pagamento do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF (ou tributo equivalente), entregando, ao final, à Emissora, o que sobejar, ficando o Agente Fiduciário, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, pelo presente e na melhor forma de direito, como condição deste Contrato, autorizado, na qualidade de mandatário da Emissora a firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários para tanto, podendo, inclusive, exercer desde logo todos os direitos e praticar todos os atos previstos no artigo 1.422, no inciso IV do artigo 1.433 e nos artigos 1.454 e 1.455 do Código Civil e no parágrafo 2º do artigo 120 do Decreto-Lei n.º 7.661, de 21 de junho de 1945.

Parágrafo 1º – Para os fins do disposto no *caput* desta Cláusula, o Banco Centralizador, mediante o recebimento de simples comunicação escrita do Agente Fiduciário, reterá diariamente e transferirá ao Banco Mandatário (conforme definido na Escritura de Emissão) o valor das Receitas Vinculadas depositado na Conta Centralizadora para o pagamento de 100% (cem por cento) das Obrigações em aberto.

Parágrafo 2º – Fica desde já certo e ajustado que, na hipótese de vencimento antecipado das Obrigações ou de vencimento das Obrigações sem pagamento nas datas devidas, os procedimentos descritos nos incisos I, V e VI da Cláusula 2ª, acima, continuarão válidos e aplicáveis, obrigando-se desde já o Agente Fiduciário a instruir, e o Banco Centralizador a acatar, desde que não excedendo mensalmente o Limite Mensal, a retenção dos valores depositados na Conta Centralizadora, e a utilizar esses valores nos termos do parágrafo 3º abaixo, sem prejuízo da possibilidade do Agente Fiduciário tomar quaisquer outras medidas que lhe forem autorizadas por lei, pela Escritura de Emissão ou por este Contrato.

Parágrafo 3º – Os recursos apurados de acordo com o disposto no *caput* desta Cláusula, na medida em que forem sendo recebidos pelo Banco Mandatário, deverão ser aplicados na liquidação dos valores devidos relativos às Debêntures, na proporção da respectiva participação de cada um dos debenturistas. Na hipótese do produto obtido com os procedimentos previstos no *caput* desta Cláusula não ser suficiente para quitar simultaneamente todos os valores devidos relativos às Debêntures, o valor obtido será utilizado no pagamento dos valores abaixo, na seguinte ordem: (i) quaisquer outros valores devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão; (ii) quaisquer outros valores devidos pela Emissora nos termos deste Contrato; (iii) Remuneração e demais encargos, inclusive moratórios, dos valores devidos relativos às Debêntures; (iv) Atualização, e (v) pagamento do saldo do Valor Nominal de todas as Debêntures. Caso a quantia apurada não seja suficiente para o pagamento das quantias constantes em (i), (ii), (iii) e (iv), os valores deverão ser alocados na ordem direta das prioridades estabelecidas

acima de tal forma que, uma vez liquidadas as quantias referentes a um dos itens, os valores sejam alocados para o item seguinte.

Parágrafo 4º – Caso o produto obtido com os procedimentos previstos no *caput* desta Cláusula não seja suficiente para liquidar os valores devidos relativos às Debêntures, a Emissora permanecerá responsável pelo saldo remanescente e respectivos encargos moratórios.

Parágrafo 5º – Se, entretanto, em decorrência do disposto no *caput* desta Cláusula, a quantia retida e transferida ao Banco Mandatário em um mês exceder o valor equivalente ao Limite Mensal, na data de início dos procedimentos previstos no *caput* desta Cláusula, o Banco Centralizador colocará o saldo excedente à disposição da Emissora na Conta Movimento, em até 1 (um) dia útil contado da data do referido pagamento, em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis.

Parágrafo 6º – Na hipótese de vencimento antecipado das Obrigações ou de vencimento das Obrigações sem pagamento nas datas devidas, o Agente Fiduciário poderá, a seu exclusivo critério e às expensas da Emissora, notificar os devedores das Receitas Vinculadas e dos Saldos em Garantia, informando-os de que todos os valores a serem pagos à Emissora decorrentes das Receitas Vinculadas e dos Saldos em Garantia deverão ser efetuados conforme instruído na referida notificação, sempre sem exceder mensalmente o Limite Mensal, conforme o Anexo IV ao presente instrumento, sem prejuízo de outras formas de notificação que sejam legalmente asseguradas ou permitidas ao Agente de Fiduciário.

#### VII. DAS OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

CLÁUSULA 7ª – Além das demais obrigações previstas na Escritura de Emissão, neste Contrato ou em lei, a Emissora obriga-se a:

- I. manter a Garantia sempre existente, válida, eficaz, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição;
- II. observar a manutenção do Limite Mensal;
- III. manter todas as autorizações necessárias à assinatura da Escritura de Emissão e deste Contrato e ao cumprimento de todas as obrigações ali e aqui previstas, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor;
- IV. cumprir fiel e integralmente todas as suas obrigações previstas neste Contrato e na Escritura de Emissão;
- V. manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária e ambiental, comprovando ao Agente Fiduciário, por meio de documento hábil, sempre que exigido, o cumprimento destas obrigações e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, ressalvadas aquelas obrigações que estiverem sendo legalmente questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial competentes, com razoáveis fundamentos de direito;

- VI. dar ciência deste Contrato e de seus termos e condições aos seus diretores e conselheiros, a qualquer tempo, e fazer com que cumpram e façam cumprir todos os seus termos e condições;
- VII. destacar, em seus registros contábeis, na forma de nota explicativa, de forma ordenada, eficiente e segura, a Garantia;
- VIII. proceder ao registro da Escritura de Emissão, deste Contrato e de seus eventuais aditamentos, nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos nos termos do inciso V da Cláusula 2ª acima, ou reembolsar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento de comunicação escrita neste sentido, o Agente Fiduciário, por todos os custos e despesas incorridos com tal registro;
- IX. praticar todos os atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários à manutenção dos direitos decorrentes da Garantia e deste Contrato;
- X. defender-se, de forma tempestiva e eficaz, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar as Receitas Vinculadas, os Saldos em Garantia, a Escritura de Emissão, a presente Garantia, este Contrato e/ou o cumprimento das Obrigações, mantendo o Agente Fiduciário informado por meio de relatórios descrevendo o ato, ação, procedimento e processo em questão e as medidas tomadas pela Emissora;
- XI. prestar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, todas as informações e enviar todos os documentos necessários à cobrança das Receitas Vinculadas e dos Saldos em Garantia nos termos previstos neste Contrato;
- XII. prestar ao Agente Fiduciário e ao Banco Centralizador, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, todas as informações e enviar todos os documentos (a) necessários ao controle do Limite Mensal; e (b) relativos à Conta Centralizadora, autorizando desde já os Bancos Arrecadadores e o Banco Centralizador a prestarem ao Agente Fiduciário as informações acima referidas de que tiverem conhecimento;
- XIII. franquear ao Agente Fiduciário, ou a quem este vier a indicar, o livre acesso, inclusive eletrônico, para consulta da Conta Centralizadora e dos sistemas de cobrança das faturas decorrentes da prestação dos Serviços, autorizando desde já o Banco Centralizador e os Bancos Arrecadadores a franquearem tais acessos ao Agente Fiduciário ou a quem este vier a indicar independentemente de anuência ou consulta prévia à Emissora;
- XIV. manter credenciados Bancos Arrecadadores em número suficiente para atender o Limite Mensal, bem como incluir novos Bancos Arrecadadores caso os recursos recebidos em pagamento das Receitas Vinculadas por eles transferidos para a Conta Centralizadora tenham sido insuficientes para atender o Limite Mensal por 3 (três) meses consecutivos, por meio de aditamento a este Contrato e observado o disposto na Cláusula 2ª acima;

SP# 63690 v30

- XV. direcionar todos os pagamentos relativos à Receita Vinculada para a Conta Centralizadora por meio dos Bancos Arrecadadores e do Banco Centralizador;
- XVI. desde que os recursos creditados na Conta Centralizadora sejam inferiores ao Limite Mensal, caso qualquer dos devedores das Receitas Vinculadas e dos Saldos em Garantia, ou terceiros em nome de quaisquer destes devedores, façam os pagamentos devidos de forma outra que não resulte em depósito na Conta Centralizadora, (a) fazer com que os recursos correspondentes a tais pagamentos sejam creditados na Conta Centralizadora até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de recebimento de tal pagamento; e (b) comunicar tal fato prontamente ao Agente Fiduciário, esclarecendo o motivo;
- XVII. enviar ao Agente Fiduciário, no último dia útil de cada mês, relatório detalhado, contendo relativamente ao mês anterior (a) a totalidade dos recursos transitados pela Conta Centralizadora; (b) o volume de Receita Vinculada pago junto a cada um dos Bancos Arrecadadores; e (c) a ocorrência de eventual cessão, transferência, caução, oneração, comprometimento ou prestação de garantia, efetuada por qualquer meio e forma, realizado individualmente ou em uma série de atos, de suas receitas decorrentes da prestação dos Serviços;
- XVIII. não ceder ou, de qualquer forma ou a qualquer título, dispor, transferir, rescindir ou onerar, no todo ou em parte, as Receitas Vinculadas e os Saldos em Garantia e/ou os documentos representativos das Receitas Vinculadas e dos Saldos em Garantia, em montantes que possam prejudicar o atendimento ao Limite Mensal, sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário, exceto quanto aos valores liberados à Emissora nos termos deste Contrato;
- XIX. não alterar, encerrar ou onerar a Conta Centralizadora ou permitir que seja alterada qualquer cláusula ou condição do respectivo contrato de abertura de conta corrente, nem praticar qualquer ato, ou abster-se de praticar qualquer ato, que possa, de qualquer forma, resultar na alteração, encerramento ou oneração da Conta Centralizadora, ou na alteração, expressa ou tácita, do respectivo contrato de abertura de conta corrente ou, ainda, na renúncia de direitos da Emissora sob tal contrato;
- XX. não alterar qualquer dos Bancos Arrecadadores sem (a) a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário; e (b) a celebração de aditamento a este Contrato, observado o disposto na Cláusula 2ª acima, incluindo as instruções a que se refere o inciso II da Cláusula 2ª acima ao novo Banco Arrecadador; e
- XXI. não alterar qualquer das instruções enviadas aos Bancos Arrecadadores ou ao Banco Centralizador, relativamente à Conta Centralizadora, nos termos do previsto neste Contrato sem (a) a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário e, (b) quando for o caso, a celebração de aditamento a este Contrato, observado o disposto na Cláusula 2ª acima.

VIII. DAS OBRIGAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

CLÁUSULA 8ª –Além das demais obrigações previstas na Escritura de Emissão, neste Contrato ou em lei, o Agente Fiduciário obriga-se a:

- I. verificar a regularidade da Garantia, observando em especial a manutenção da suficiência da Vinculação relativamente ao Limite Mensal, e sua exequibilidade;
- II. verificar o atendimento, pela Emissora, do Limite Mensal e, se atendido e observadas as demais disposições do presente, assegurar que ele seja liberado para a Conta Movimento;
- III. verificar a constituição e a manutenção da Conta Centralizadora; e
- IV. tomar todas as providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos, incluindo a determinação do bloqueio da Conta Centralizadora excussão e demais atos da Garantia, utilizando as Receitas Vinculadas e os decorrentes Saldos em Garantia para a liquidação integral das Obrigações.

IX. DOS DIREITOS E DEVERES DO BANCO CENTRALIZADOR

CLÁUSULA 9ª –Além das demais obrigações previstas na Escritura de Emissão, neste Contrato ou em lei, o Banco Centralizador obriga-se a:

- I. a partir de qualquer inadimplemento da Emissora, do vencimento antecipado das Obrigações ou de vencimento das Obrigações sem pagamento nas datas devidas, mensalmente reter e transferir ao Banco Mandatário as Receitas Vinculadas até o Limite Mensal, e assim sucessivamente, de forma que o Banco Mandatário receba, integralmente, 100% (cem por cento) dos valores relativos às Obrigações;
- II. prestar ao Agente Fiduciário todas as informações e enviar todos os documentos de que tiver conhecimento (a) necessários ao controle do Limite Mensal; e (b) relativos à Conta Centralizadora, para o que está desde já expressamente autorizado pela Emissora de forma irrevogável e irretirável;
- III. solicitar junto aos Bancos Arrecadadores transferências dos recursos recebidos em pagamento das Receitas Vinculadas para a Conta Centralizadora, em valor equivalente ao Limite Mensal, nos termos do inciso I do parágrafo 3º da Cláusula 4ª acima;
- IV. franquear ao Agente Fiduciário, ou a quem este vier a indicar, independentemente de anuência ou consulta prévia à Emissora, o livre acesso, inclusive eletrônico, para consulta da Conta Centralizadora mantida em sua agência, para o que está desde já expressamente autorizado pela Emissora;
- V. atender, tal como previsto neste Contrato, independentemente de anuência ou consulta prévia à Emissora, todas as ordens do Agente Fiduciário, devendo, inclusive, se assim determinado pelo Agente Fiduciário, bloquear a Conta Centralizadora excutir total ou parcialmente esta Garantia e

permitir a utilização dos Saldos em Garantia e o saque e a utilização dos recursos da Conta Centralizadora para a liquidação das Obrigações, para o que está desde já expressamente autorizado pela Emissora de forma irrevogável e irretroatável;

- VI. até o pagamento integral das Obrigações, emitir e enviar ao Agente Fiduciário, no dia 20 (vinte) de cada mês, extrato com toda a movimentação da Conta Centralizadora, referente aos 30 (trinta) dias anteriores à data de emissão do respectivo extrato;
- VII. zelar pelo fiel desempenho das obrigações previstas neste Contrato e observar, na sua execução, as disposições deste Contrato; e
- VIII. permanecer no exercício de suas funções em caso de sua substituição, observado o disposto na Cláusula 10 abaixo.



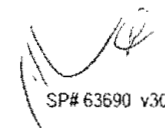
Parágrafo Único – As partes, por este Contrato, concordam de forma irrevogável e irretroatável que:

- I. o Banco Centralizador não terá qualquer obrigação de conferir à Garantia um grau maior de cuidado do que confere a seus próprios bens semelhantes;
- II. os Saldos em Garantia não auferirão nem acumularão juros, atualização monetária ou qualquer remuneração, salvo se aplicados pelo Agente Fiduciário de acordo com as disposições do *caput* da Cláusula 6ª acima;
- III. este Contrato expressamente dispõe sobre todas as atribuições do Banco Centralizador com relação a todas e quaisquer questões pertinentes a este Contrato. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada neste Contrato contra o Banco Centralizador. Exceto por este Contrato, o Banco Centralizador não será obrigado pelas disposições de qualquer contrato entre as demais partes contratantes;
- IV. o Banco Centralizador não será responsável, salvo por dolo ou culpa, por quaisquer prejuízos, obrigações, reivindicações, ações, danos e despesas, inclusive honorários advocatícios e desembolsos razoáveis, oriundos de e relacionados a este Contrato, os quais serão de única e exclusiva responsabilidade da Emissora, salvo com relação a reivindicações baseadas no referido dolo ou culpa que sejam alegados com êxito contra o Banco Centralizador;
- V. o Banco Centralizador não será solicitado a atuar na qualidade de árbitro com relação a qualquer controvérsia entre as partes relacionada a este Contrato ou a qualquer direito oriundo deste Contrato;
- VI. o Banco Centralizador poderá, de boa-fé, confiar em qualquer mandado, sentença, declaração, exigência, notificação, instrumento ou outro documento que lhe for entregue nos termos deste Contrato, sem ser obrigado a apurar a autenticidade ou a precisão de qualquer fato mencionado no mesmo ou a propriedade, validade ou a entrega do mesmo, podendo, ainda, confiar em qualquer instrumento ou assinatura que

SP# 63690 v30

acredite ser autêntico e poderá supor que qualquer pessoa que pretenda dar recibo ou orientação ou que preste qualquer declaração ou assine qualquer documento com relação às disposições deste Contrato foi devidamente autorizada a atuar nesse sentido, mediante apresentação da respectiva documentação comprobatória;

- VII. o Banco Centralizador é ora autorizado a obedecer e a cumprir todas as medidas, mandados, sentenças ou decisões expedidas por qualquer autoridade judiciária, órgão administrativo ou autoridade arbitral a que as partes se submeterem que afetem a Garantia. O Banco Centralizador não será responsável perante qualquer das partes contratantes em virtude do cumprimento das referidas medidas, mandados, sentenças ou decisões, não obstante essas medidas, mandados, sentenças ou decisões serem posteriormente alteradas, modificadas, revogadas ou anuladas. Na hipótese de haver controvérsia ou conflito entre as partes contratantes e/ou qualquer outra pessoa física ou jurídica, com relação à Garantia, conforme informado pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, o Banco Centralizador terá o direito de recusar-se a cumprir todas e quaisquer reivindicações, exigências ou instruções com relação a esses bens delídos nos termos deste Contrato, enquanto a referida controvérsia ou conflito subsistir. Nessas circunstâncias, o Banco Centralizador poderá optar, a seu critério exclusivo, por depositar os recursos destinados aos Saldos em Garantia numa conta depósito em juízo. O Banco Centralizador poderá recusar-se a atuar até que as reivindicações, exigências ou instruções tenham sido decididas por sentença judicial transitada em julgado, por sentença arbitral não passível de recurso a que as partes se submeterem ou por acordo entre as partes conflitantes. Os custos e as despesas (inclusive honorários advocatícios e custas razoáveis), incorridos com relação a esse processo serão pagos por e serão considerados obrigação da Emissora;
- VIII. na hipótese de qualquer discordância entre as outras partes contratantes que resultem em reivindicações ou exigências prejudiciais com relação à Garantia (inclusive aos Saldos em Garantia), conforme informado pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, ou, na hipótese do Banco Centralizador, de boa-fé, estar em dúvida quanto às medidas a tomar nos termos deste Contrato, o Banco Centralizador terá o direito de reter os Saldos em Garantia até que tenha recebido sentença judicial transitada em julgado, sentença arbitral não passível de recurso a que as partes se submeterem ou acordo entre as partes conflitantes, caso em que o Banco Centralizador desembolsará os Saldos em Garantia em conformidade com a referida sentença ou acordo;
- IX. o Banco Centralizador não presta qualquer declaração quanto à validade, valor, autenticidade ou possibilidade de cobrança de qualquer Receita Vinculada ou Saldo da Vinculação ou outro documento ou instrumento delído por ou a eles entregue;
- X. a Emissora pagará ou reembolsará o Banco Centralizador, mediante solicitação, de quaisquer tributos de transferência ou outros tributos relacionados à Garantia, incorridos com relação a este Contrato, bem como

  
  
  
SP# 63690 v30

indenizará e isentará o Banco Centralizador de quaisquer valores que ele seja obrigado a pagar no tocante aos referidos tributos, desde que devidamente comprovados; e

- XI. sem prejuízo de suas obrigações como Banco Centralizador, a remuneração do Banco Centralizador pelo serviço prestado nos termos deste Contrato será aquela prevista em contrato(s) de prestação de serviços de cobrança a ser(em) celebrado(s) entre a Emissora e o Banco Centralizador.

X. DA SUBSTITUIÇÃO DO BANCO CENTRALIZADOR

CLÁUSULA 10 – O Banco Centralizador poderá ser substituído (i) por destituição, aprovada pelos titulares das Debêntures reunidos em assembléia convocada especialmente para esse fim, observado o quorum geral de deliberação previsto na Escritura de Emissão; ou (ii) por sua renúncia, mediante comunicação à Emissora e ao Agente Fiduciário.

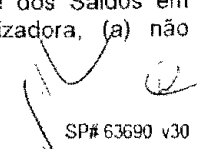
Parágrafo 1º –Ocorrendo a destituição ou a renúncia do Banco Centralizador, a Emissora obriga-se, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da renúncia ou destituição, a indicar uma ou mais instituições para substituir o Banco Centralizador e a submetê-las à aprovação da assembléia geral de debenturistas convocada especialmente para esse fim.

Parágrafo 2º –O Banco Centralizador assim substituído somente estará exonerado de suas obrigações previstas neste Contrato quando, cumulativamente, (i) este Contrato for aditado para excluir o Banco Centralizador e incluir a instituição substituta conforme procedimento a que se refere o parágrafo 1º acima; e (ii) o Banco Centralizador entregar os Saldos em Garantia e os documentos relacionados à instituição substituta a que se refere o parágrafo 1º acima.

XI. DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

CLÁUSULA 11 – A Emissora, neste ato, declara, e quando da assinatura de qualquer aditamento a este Contrato ou seus Anexos será tida como se tivesse declarado, que:

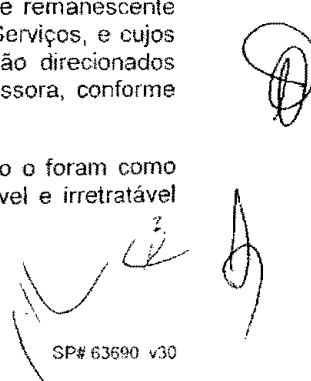
- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada a celebrar este Contrato, a Escritura de Emissão e os demais contratos relacionados às Debêntures e à Garantia e, mediante o registro da distribuição das Debêntures pela CVM, a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. este Contrato, a Escritura de Emissão e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- IV. a celebração, a entrega e a execução deste Contrato, da Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, bem como a colocação das Debêntures, a Garantia, os termos e condições dos documentos representativos das Receitas Vinculadas e dos Saldos em Garantia e dos contratos relativos à Conta Centralizadora, (a) não



SP# 63690 v30

comprometem a operacionalização nem a continuidade da prestação dos Serviços pela Emissora; (b) não infringem nem resultam em vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora, desde que a vinculação de receitas desta Emissão, prevista no Instrumento de Vinculação de Receitas, não importe em comprometimento dos recursos destinados à execução dos contratos celebrados com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás; (b) não importam nem resultam em criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora (ou de suas controladoras, diretas ou indiretas), exceto (x) por aqueles já existentes na presente data, e (y) pela Garantia; e (c) não importam nem resultam na rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- V. está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- VI. está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, ressalvadas aquelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito, conforme mencionado nos Prospectos (conforme definido na Escritura de Emissão);
- VII. não tem conhecimento de (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou em suas atividades; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar a Vinculação, o Penhor, as Receitas Vinculadas, os Saldos em Garantia, a Conta Centralizadora, a Escritura de Emissão ou este Contrato;
- VIII. é legítima e única proprietária das Receitas Vinculadas e dos Saldos em Garantia, que se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus, judiciais, extrajudiciais ou fiscais, ressalvados os ônus decorrentes dos instrumentos de vinculação de receitas celebrados com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás;
- IX. possui outros agentes arrecadadores, que não sejam os Bancos Arrecadadores, credenciados para o recebimento da parte remanescente dos pagamentos referentes às faturas da prestação dos Serviços, e cujos recursos vinculados, nesta data, a terceiros credores, são direcionados para depósito em contas correntes de titularidade da Emissora, conforme os Contratos listados Anexo III a este Contrato; e
- X. todos os mandatos outorgados nos termos deste Contrato o foram como condição do negócio ora contratado, em caráter irrevogável e irretroatável nos termos do artigo 684 do Código Civil.

  
SP# 63690 v30

Parágrafo 1º –A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar o Agente Fiduciário e/ou os debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelo Agente Fiduciário e/ou pelos debenturistas, em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula. A indenização a que se refere este parágrafo deverá ser paga em dinheiro, imediatamente após o recebimento de notificação neste sentido enviada pelo Agente Fiduciário e/ou pelos debenturistas.

Parágrafo 2º –Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º desta Cláusula, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

## XII. DAS COMUNICAÇÕES

CLÁUSULA 12 – As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos deste Contrato serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

### I. para a Emissora:

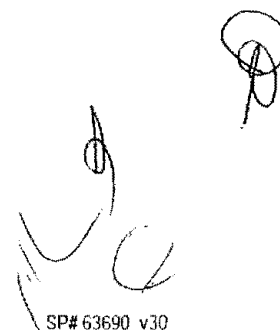
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA  
Avenida Edgard Santos, 300, Bairro Narandiba  
Salvador – BA, CEP 41186-900  
At. Gerente Tesouraria e Finanças  
Telefone: (71) 370-5502  
Fac-símile: (71) 370-5506  
E-mail: [jarodrigues@coelba.com.br](mailto:jarodrigues@coelba.com.br)

### II. para o Agente Fiduciário:

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.  
Avenida Paulista, 2439 – 11º andar.  
São Paulo -SP, CEP: 01311-300  
At. Sr. Artur Martins de Figueiredo  
Telefone: (11) 3061-9444  
Fac-símile: (11) 3060-9575  
E-mail: [afigueiredo@plannercorretora.com.br](mailto:afigueiredo@plannercorretora.com.br)

### III. para o Banco Centralizador:

BANCO DO BRASIL S.A.  
Rua da Piedade, 25, 4º andar, Centro  
Salvador – BA, CEP 40 070 190  
At. Sr. José Henrique Pinheiro Quaglio  
Telefone: (71) 320 7150  
Fac-símile: (71) 329 6877  
E-mail: [corporateba@bb.com.br](mailto:corporateba@bb.com.br)



SP# 63690 v30

**XIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA 13 –** Este Contrato constitui parte integrante e complementar da Escritura de Emissão, cujos termos e condições as partes declaram conhecer e aceitar.

**CLÁUSULA 14 –** As obrigações assumidas neste Contrato têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu fiel e pontual cumprimento. Os documentos anexos a este Contrato constituem parte integrante e complementar deste instrumento.

**CLÁUSULA 15 –** Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará em novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

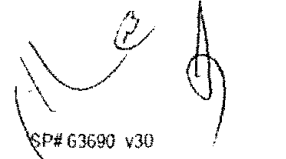
**CLÁUSULA 16 –** A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Contrato não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula deste Contrato, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Contrato, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

**CLÁUSULA 17 –** Qualquer alteração dos termos e condições deste Contrato somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

**CLÁUSULA 18 –** A Emissora desde já concorda, como condição deste Contrato, a tomar todas e quaisquer medidas e produzir todos e quaisquer documentos necessários à formalização e, se for o caso, à excussão do Penhor, obrigando-se a tudo praticar e/ou ratificar de modo a possibilitar o bom exercício dos direitos e prerrogativas estabelecidos neste Contrato.

**CLÁUSULA 19 –** Todo e qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido e comprovado pela Emissora no cumprimento de suas obrigações previstas neste Contrato será de inteira responsabilidade da Emissora, não cabendo ao Agente Fiduciário ou aos debenturistas qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso à Emissora.

**CLÁUSULA 20 –** A Emissora obriga-se a reembolsar, em até 15 (quinze) dias úteis contados da data do recebimento de comunicação escrita neste sentido, o Agente Fiduciário e/ou os debenturistas por todos os custos e despesas comprovadamente incorridos e necessários à efetivação da Garantia, inclusive o seu registro nos órgãos competentes, bem como a liberação da Garantia e recebimento do produto para aplicação no pagamento dos valores devidos relativos às Debêntures, caso necessária, e os custos, despesas e prejuízos incorridos pelo Agente Fiduciário e/ou pelos debenturistas na hipótese de não cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações assumidas na Escritura de Emissão e/ou neste Contrato.



SP# 63690 v30

CLÁUSULA 21 – Salvo disposição específica, quaisquer custos e/ou despesas comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário e/ou pelos debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas previstos neste Contrato, incluindo custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com tais processos, procedimentos ou medidas serão de responsabilidade da Emissora, devendo ser reembolsados ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas, conforme o caso, no prazo de 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento de notificação neste sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário e/ou pelos debenturistas, conforme o caso.

CLÁUSULA 22 – Toda e qualquer importância devida aos debenturistas nos termos deste Contrato deverá ser paga em moeda corrente, sendo vedada qualquer forma de compensação.

CLÁUSULA 23 – Para os fins deste Contrato, o Agente Fiduciário poderá, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas pela Emissora, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

#### XIV. DO FORO

CLÁUSULA 24 – Fica eleito o foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, assinam o presente Contrato em 5 (cinco) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Salvador, 2 de julho de 2004

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

BANCO DO BRASIL S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

SP# 63690 v30

GUARANIANA S.A.:

---

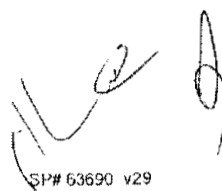
TESTEMUNHAS:

---

Nome: Elizabeth Cristina G. Cruz Larsen  
RG.: 11.131.832-4  
CPF/MF: 293.678.108-65

---

Nome: Iara F. Frade  
RG.: 10.121.044  
CPF/MF: 945.595.208-44



SP# 63690 v29